

## **20ª Reunião do Grupo Executivo do Comitê de Estatísticas Sociais**

12 de agosto de 2013, das 10h às 13h

Local – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Esplanada dos Ministérios – Bloco A – Sala 304

Brasília – DF

### **Participantes:**

Adriana Pacheco Aurea – MS  
Alexandro Rodrigues Pinto – MDS  
Anastássia Dimitrova Borborema – MPS  
Carmem Priscila Bocchi – MDS  
Eduardo da Silva Pereira – MPS  
Elton Sampaio – MJ  
Herton Ellery Araújo – IPEA  
Israel Veras – MJ  
Jailson Manguiera Assis – IBGE  
Júlio César de Lima – INEP  
Gabriela Chagas Dornelles – IBGE  
Luciana Sardinha – MDS  
Maciene Mendes Silva – MS  
Maria das Graças Parente Pinto – MTE  
Marília Biangolino Chaves – IBGE  
Renan Carlos Dourado – INEP  
Ricardo José Grossi Fabrino – MEC  
Zélia Magalhães Bianchini – IBGE

### **(1) Aprovação da Agenda pelos participantes**

- A reunião foi iniciada com a aprovação da agenda (em anexo).

### **(2) Informe sobre lacunas de informação na área de Saúde**

- Adriana Pacheco apresentou uma nova versão, mais reduzida, das lacunas específicas, lacunas temáticas e novas demandas relativas à área da saúde.
- Zélia destacou a importância de não apenas levantar as lacunas, mas também de buscar formas de resolver ou sanar essas lacunas.

#### **(2.1) Lacunas específicas identificadas pela instituição produtora**

- Adriana apresentou lacunas específicas de algumas bases de dados do MS. Dentre as diversas lacunas apresentadas, a questão da individualização da informação foi a que apareceu mais vezes e sobre a qual mais se debateu.
- Adriana argumentou que a identificação não diz respeito ao paciente, mas sim à

informação. Cada sistema gera seus próprios dados e não há como fazer um traçado do percurso de cada paciente no uso da rede pública de saúde. No caso do SIAB, por exemplo, cada posto de saúde mantém o seu controle sobre distribuição de anticoncepcionais, mas não há como traçar um panorama mais geral. Outro exemplo é o SIAPI, que mantém controle sobre o local de aplicação de vacinas, apresentando o quadro de cobertura por local de ocorrência e não de residência.

- Zélia questionou se a individualização a que Adriana se refere é de levantamento de dados ou de acesso aos dados. Manifestou preocupação no que se refere à identificação do paciente, já que é necessário respeitar o sigilo estatístico.
- Adriana explicou que a lacuna está na fonte, ou seja, no levantamento dos dados. O cartão SUS, que contém uma identificação única, resolveria essa lacuna. Já o acesso aos dados seria uma etapa seguinte, pois os dados teriam que ser desidentificados e agregados.
- Eduardo destacou que para fins de produção estatística não se identifica o informante, mas que do ponto de vista do sistema é necessário identificar.
- Herton ponderou que é possível gerar um dado individualizado sem identificar o informante. Apenas a forma de acesso aos dados é que não pode permitir identificações. Para isso, basta criar uma chave e associar os dados a essa chave.
- Renan informou que no INEP a informação é individualizada, mas que resguarda a identidade do aluno.
- Herton concluiu que é preferível falar em “individualização” em detrimento de identificação.
- Zélia concordou que o acesso às bases deve envolver a individualização sem identificação. Após suprir a lacuna é preciso pensar em formas de acesso e divulgação que garantam que não haverá identificação.

## **(2.2) Lacunas temáticas**

- Dentre as lacunas temáticas apresentadas, Adriana ressaltou a necessidade de dados epidemiológicos relacionados a presídios.
- Israel propôs que seja feita uma articulação para que todos os detentos tenham o cartão SUS. Informou que os dados da área de segurança pública não conseguem alcançar questões relativas a tratamento de saúde. Sugeriu que a articulação ocorra no âmbito da Casa Civil.
- Renan considerou que se houver cadastro único é possível saber se o paciente está no sistema prisional. O cartão SUS resolveria o problema da individualização do dado.
- Anastássia ponderou que, apesar do Ministério da Previdência ter o dado individualizado há alguns anos, não é fácil fazer o acompanhamento e que ainda hoje enfrentam desafios.
- Adriana concluiu que a grande demanda que sanaria a maior parte das lacunas levantadas pelo MS pode ser resolvida via cartão SUS.

### **(2.3) Articulação externa – novas demandas**

- Dentre as lacunas que dependem de articulação externa, Adriana mencionou a necessidade de interface entre o CadÚnico e o DataSUS.
- Alexandro informou que o MDS já está em contato com algumas áreas do Ministério da Saúde.
- Adriana explicou que existe pouca articulação entre as áreas, pois há descentralização de cada sistema e de cada base.
- Israel informou que no âmbito do MJ está ocorrendo a integração do SISNAD, do INFOPEN e do INFOSEG. O SINESP vai reunir em um único sistema informações relativas a drogas, penitenciárias e segurança. Além disso, a Secretaria Executiva do MJ está desenvolvendo o RIC – Registro de Identificação Civil, que vai substituir a carteira de identidade e o CPF. O objetivo é identificar todos os indivíduos (população) para depois cruzar os cadastros. Esse sistema vai facilitar o desenvolvimento de uma individualização com adjetivação.
- Adriana também apresentou como tópico relativo à articulação externa o Sistema de Acompanhamento de Política do Idoso, em que talvez caiba uma articulação com o Ministério da Previdência.
- Zélia destacou que cada integrante deve verificar quais articulações cabem à instituição a que cada um pertence. Zélia sugeriu também que essa apresentação fosse levada ao III Seminário Nacional do CES.
- Renan propôs que se dividisse as lacunas em 3 vertentes: lacunas internas (à instituição produtora), lacunas externas (relativas a demandas de organismos internacionais) e lacunas de integração.
- Adriana ponderou que todas as lacunas que foram levantadas pelo MS são lacunas internas, ou seja, informações que o ministério realmente precisa para aprimorar suas políticas.
- Zélia lembrou que a questão das lacunas nunca vai sair de pauta, pois se trata de um esforço contínuo.

### **(3) Avaliação de proposta do folder**

- Zélia lembrou que o Comitê Gestor, na última reunião, apresentou a proposta de que sejam feitos três ou quatro folders por ano. Esclareceu que, depois de finalizado o folder, o arquivo será repassado aos representantes e caberá a cada instituição imprimir a quantidade que considerar necessária. O IBGE até pode imprimir uma cota para o seminário, mas o acordado é que cada instituição imprima sua própria cota.
- Zélia apresentou o arquivo do folder na tela e circulou uma versão impressa. Esclareceu

que o símbolo que consta na capa do folder faz parte da identidade visual do Comitê e que é o mesmo símbolo da página do Comitê na internet. No rodapé da última página estão listadas todas as instituições participantes do Comitê. Mostrou que cada tema está disposto em uma única página do folder, sendo que os dados apresentados dentro de cada tema são de diferentes instituições. A ideia é mostrar possibilidades de integração e complementariedade das bases de dados, a exemplo do tema educação, que usou dados tanto do Inep, como da PNAD.

- Zélia sugeriu incluir nota explicativa para a frase “bases de dados inventariadas até junho de 2013”, destacando que essas bases não esgotam a produção das instituições, mas que são aquelas mais consolidadas, estabilizadas ou institucionalizadas.
- Fabrino ressaltou que nem todas as experiências foram inventariadas, mas apenas aqueles registros ou pesquisas que tem uma certa frequência e regularidade. Defendeu o uso da palavra “institucionalizada”.
- Anastássia ponderou que todas as bases das instituições participantes são institucionalizadas, mas que apenas algumas estão consolidadas.
- Maciene considerou que na capa do folder a missão do Comitê tem maior destaque do que o nome do Comitê. Sugeriu que seja feita a troca. Todos concordaram.
- Marília sugeriu que seja reescrita a frase que explica o que é o Comitê (contra-capas). Todos concordaram.
- Eduardo propôs a seguinte escrita: “Iniciativa de instituições federais produtoras de registros administrativos, pesquisas sociais e censos. Tem por objetivo o fortalecimento e aprimoramento das informações estatísticas oficiais”. Todos concordaram.
- Sobre o tema saúde, Adriana não concordou com o uso do material proposto (taxa de homicídios de jovens). Seu argumento é que a taxa apresentada não foi calculada pela equipe do MS e isso pode gerar demandas de informação para sua equipe.
- Maciene concordou e afirmou que a taxa de homicídios não é um dado representativo para o Ministério da Saúde. Ao usá-lo, perde-se a chance de visibilizar algum outro dado considerado de maior relevância.
- Zélia ponderou que não há integração ou complementariedade na proposta enviada pelo Ministério (mortalidade infantil) para substituir a taxa de homicídios. Sustentou que foi fortemente recomendado pelo Comitê Gestor haver associação entre bases de diferentes instituições inventariadas pelo Comitê.
- Adriana considera que há integração na proposta de mortalidade infantil, pois o dado relativo a mortalidade infantil integra bases do SIM e do SINASC, além de usar as projeções populacionais do IBGE (embora não conste IBGE na fonte).
- Herton explicou que em lugares onde o SIM e o SINASC não são confiáveis, usa-se as

projeções do IBGE. Ponderou, contudo, que não seria adequado usar um dado com duas projeções, pois isso poderia levar a interpretações equivocadas ou questionamentos.

- Adriana concluiu que as duas propostas estão inadequadas e que providenciará outra.
- Herton lembrou que o cálculo de taxas é uma boa saída, pois utiliza dados populacionais do IBGE.
- Fabrino considerou que a busca por integração está gerando dificuldades.
- Zélia lembrou que a primeira versão do folder tinha dados separados de cada instituição, e que foi sugerido que houvesse integração. O objetivo do folder é mostrar a potencialidade das bases.
- Zélia informou que a versão final do folder deve ser submetida ao Comitê Gestor, que já aprovou o formato (indicadores selecionados, gráficos, etc), mas que ainda deve aprovar o conteúdo final. Zélia questionou se o grupo terá folego para fazer três ou quatro folders por ano, já que um único folder estava gerando tamanho debate.
- Zélia ponderou, ainda, que o prazo limite para que o folder esteja pronto é o seminário, mas que o ideal é que ele fique pronto até setembro ou outubro. Consultou o grupo em relação a prazos e todos concordaram em enviar até o dia 26/08/2013 a proposta final relativa a seu tema. Caso algum integrante não envie proposta, valerá aquela escolhida pelo IBGE.
- Zélia pediu que todos tragam ideias e propostas para os próximos folders.

#### **(4) Grupo de acompanhamento do envio e uso de dados oficiais encaminhados a organismos internacionais**

- Zélia apresentou uma minuta do Termo de Referência sobre a criação e funcionamento do Grupo de Acompanhamento do envio e uso de Dados oficiais encaminhados a Organismos Internacionais – GADOI e destacou a importância estratégica desse grupo. Lembrou que a criação desse grupo é demanda do Comitê Gestor e que, portanto, deve ser atendida. Pediu que os membros do grupo executivo do Comitê comecem a identificar em sua área de trabalho possíveis nomes para compor o novo grupo que será formado. Em relação à instauração do GADOI, Zélia esclareceu que o IBGE será o coordenador do Grupo e que caberá aos representantes do grupo executivo do Comitê o envio dos nomes. Tão logo os membros sejam nomeados, o GADOI iniciará suas atividades. Ao grupo executivo do Comitê caberá o acompanhamento das atividades do GADOI. Em relação à formalização, Zélia ressaltou que ainda está sendo avaliado qual o grau de formalidade necessário.
- Zélia comentou que no caso do IBGE talvez sejam necessários 3 representantes, pois além do coordenador, a área de representação institucional e a Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS (área técnica) devem participar.

- Marília explicou que muitas vezes os ministérios respondem a organismos internacionais de forma descentralizada e que o GADOI faria justamente essa centralização. Além disso, considerou que pode acontecer de instituições fornecerem informações “displicentemente”, ou seja, sem analisar cuidadosamente qual informação oficial vai ser repassada para qual objetivo.
- Alexandro informou que no PNUD há um grupo discutindo dados junto com o MDS e considerou a possibilidade de o GADOI se envolver nesse tipo de discussão.
- Zélia informou que os membros do Comitê Gestor repassarão as diretrizes do GADOI às suas instituições e propôs que os membros do grupo executivo enviem os nomes até o dia 23 de agosto de 2013. Todos concordaram.

#### **(5) Relatório de Desenvolvimento Humano 2014 – revisão dos indicadores e suas fontes**

- Zélia manifestou preocupação com os dados oficiais que são enviados pelo país. Em relação ao Relatório de Desenvolvimento Humano, o IBGE apresentou alguns dados e o PNUD apresentou algumas divergências.
- Zélia informou que há um movimento de articulação com o PNUD. O PNUD apresentou um calendário para elaboração do Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 e a proposta de indicadores e suas fontes e solicita a avaliação das instituições envolvidas. Em outubro haverá uma videoconferência sobre esses encaminhamentos. Destacou que antes desse momento, a Presidenta do IBGE precisa já ter conversado com o Ministério do Planejamento, estando também em contato com o MRE. Por isso, a Presidenta espera que, até o dia 23 de agosto de 2013 as informações sobre as fontes e discrepâncias já estejam preenchidas, para que o IBGE possa consolidar o relatório até o dia 27 de agosto de 2013, para então apresentá-lo ao MP em setembro.
- Zélia sugeriu que o servidor que preencheu o relatório no ano passado e que vai preencher esse ano tenha seu nome indicado para o GADOI.
- Jailson combinou de enviar o relatório do ano passado já preenchido para ser usado como ponto de partida, bem como o ofício do PNUD e o anexo com a proposta de indicadores e suas fontes.
- Herton questionou a utilidade desse trabalho e se o PNUD vai acatar as informações prestadas.
- Zélia esclareceu que o PNUD não está se propondo a usar os dados corrigidos enviados pelo país, mas apenas apontando as discrepâncias e caberá ao país esclarecê-las. O GADOI, depois de constituído, passará a fazer esse trabalho de revisão dos indicadores e suas fontes.

#### **(6) Divulgação na página do Comitê das respostas aos questionamentos e demandas**

## **levantados no II Seminário Nacional**

- Jailson apresentou um documento em que estruturou em formato de perguntas e respostas os questionamentos levantados no II Seminário.
- Zélia ponderou que os questionamentos cujas respostas devem constar na página do Comitê são relativos às lacunas e não a todos os questionamentos, dúvidas e sugestões que foram levantados no Seminário.
- Fabrino considerou que nem todas as perguntas ou propostas devem se reverter em demandas que o Comitê deve responder/providenciar.
- Priscila considerou que esse tipo de sistematização é importante para evitar que as questões levantadas fiquem “no ar”, sem resposta.
- Herton sugeriu que, em virtude do avançado da hora, o documento fosse enviado por e-mail e cada representante fizesse os comentários e esclarecimentos nos itens relativos a sua instituição. Todos concordaram.
- Zélia sugeriu o prazo de até 23 de agosto de 2013 para o envio das respostas e todos concordaram.

## **(7) Avaliação de mudanças na página do Comitê para torná-la mais dinâmica, transformando-a em um propagador de divulgações.**

- Jailson apresentou um rol de sugestões e questões relativas à divulgação de notícias no site do Comitê, tais como o formato da notícia, tipo da notícia e como se dará a comunicação entre as instituições para viabilizar a divulgação de resultados. Sugeriu que seja construído um calendário de divulgações de uso interno, com objetivo de mapear as datas prováveis de divulgações das bases de dados inventariadas pelo Comitê.
- Israel sugeriu que se o objetivo é dinamizar a página, o ideal é que as notícias sejam divulgadas com a maior frequência possível. Não se torna dinâmico se não houver atualização constante. Por outro lado, depende também do Comitê e sua estrutura de pessoal para subsidiar essas notícias.
- Zélia avaliou que é preciso pensar com atenção como será a operacionalização disso. Destacou que não caberá ao Comitê produzir notícias, mas apenas gerar chamadas com links para instituições produtoras, já que cada uma tem sua própria assessoria de comunicação que produz as notícias.
- Anastássia disse que não será possível construir um calendário de divulgação.
- Graça explicou que no MTE não há data marcada para as divulgações (apenas data prevista) e esclareceu que a agenda de divulgação depende da agenda do Ministro.
- Alexandro informou que o MDS tem um calendário e que repassará à secretaria do Comitê.

- Jailson combinou de enviar as sugestões por e-mail e todos concordaram em retornar com ideias de como viabilizar essa dinamização do site.

#### **(8) Informe sobre o inventário da REES**

- Zélia informou que a partir de 16 de setembro de 2013 será disponibilizado um novo formulário para preenchimento da REES referente ao inventário 2013. Esclareceu que nesse formulário entram todas as estatísticas oficiais do país, não somente aquelas relativas às instituições integrantes do Comitê. O IBGE é apenas o canal de interlocução responsável por garantir o completo e correto preenchimento.

#### **(9) III Seminário Nacional**

- Zélia apresentou as sugestões de data de 20 ou 21 de novembro para realização do III Seminário, conforme proposta do Comitê Gestor. Todos concordaram com a data de 21 de novembro de 2013.
- Zélia destacou que até lá é preciso apresentar as respostas do Seminário anterior e que isso já está sendo providenciado. Também lembrou que o folder deverá estar pronto. Propôs ainda apresentar no seminário o avanço no levantamento das lacunas.
- Zélia sugeriu a apresentação do Código de Boas Práticas. Esse código é um conjunto de princípios que vão completar 20 anos e que servem para todas as estatísticas oficiais, sendo que é papel do instituto oficial de estatística de cada país fazer a sua disseminação. A recomendação é que o país passe a aplicar esse código. O IBGE está fazendo um guia que a princípio servirá para uso interno e que, posteriormente, poderá atender outras instituições.
- Zélia também considerou que é importante apresentar os avanços realizados no atendimento aos organismos internacionais e, inclusive, a constituição do GADOI.
- Por fim, lembrou que o Comitê deve avaliar a existência de demandas relativas a recursos financeiros e humanos.
- Renan propôs que sejam realizadas duas reuniões do grupo executivo antes do III Seminário e todos concordaram. Ficou acertado que a próxima reunião será no final de setembro e a outra no final de outubro.



## ANEXO

### **Agenda da 20ª Reunião do Grupo Executivo do Comitê de Estatísticas Sociais** 12 de agosto de 2013, das 10h às 13h

Local – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
Esplanada dos Ministérios - Bloco A - Sala 304

Brasília – DF

1. Aprovação da Agenda pelos participantes.
2. Informe sobre lacunas de informação na área de Saúde.
3. Avaliação de proposta do folder.
4. Grupo de acompanhamento do envio e uso de dados oficiais encaminhados a organismos internacionais.
5. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 – revisão dos indicadores e suas fontes.
6. Divulgação na página do Comitê das respostas aos questionamentos e demandas levantados no II Seminário Nacional.
7. Avaliação de mudanças na página do Comitê para torna-la mais dinâmica, transformando-a em um propagador de divulgações.
8. Informe sobre o inventário da REES.
9. III Seminário Nacional.